

# Os intelectuais em Gramsci: uma análise sobre o papel dos/as assistentes sociais

## The intellectuals in Gramsci: an analysis of the role of social workers

Greice dos Reis Santos\*  
Marina Valéria Delage Vicente Mancini\*\*


**Resumo:** O presente artigo aborda a contribuição de Antonio Gramsci – e do marxismo – acerca do conceito e da função dos intelectuais. A partir disso, busca saber se o/a assistente social, enquanto profissional que trabalha com a classe expropriada de seus direitos fundamentais, pode assumir ou não a função de intelectual orgânico. Todo o processo de investigação gira em torno dessa questão que, ao nosso modo de ver, precisa ser aprofundada.

**Palavras-chave:** pensamento gramsciano; intelectual; assistente social

**Abstract:** This article discusses the contribution of Antonio Gramsci - and Marxism - about the concept and function of intellectuals. Based on this, it seeks to know whether the social worker, as a professional who works with the expropriated class of their fundamental rights, can assume the role of organic intellectual or not. The entire investigation process revolves around this issue, which, in our view, needs to be deepened.

**Keywords:** gramscian thinking; intellectual; social worker

Recebido em: 01/03/2021  
Aprovado em: 02/06/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\* Mestra em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (UFJF).  
Doutoranda em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ (UFRJ).

\*\* Mestra em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (UFJF).  
Doutoranda em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ (UFRJ).

## Introdução

O conceito de intelectual recebeu a atenção de Marx nas reflexões que produziu em *A ideologia alemã*, juntamente com Engels, assim como na *Miséria da Filosofia*. Em quase toda a sua obra, ao tratar o campo das ideias, da ideologia e da ciência, Marx discutiu a presença do intelectual na vida social (SIMIONATTO, 2011).

Todavia, de acordo com Simionatto (2011), a discussão (sobre os intelectuais) presente nas obras mencionadas e, também, no próprio *Manifesto Comunista*, não está diretamente vinculada ao nível da militância política, mas essencialmente voltada para a busca do conhecimento, para o desenvolvimento de uma reflexão crítica, forte e adensada.

O problema dos intelectuais, que aparece nas entrelinhas dos escritos de Marx e Engels, desenvolveu-se e acentuou-se nos escritos de Kautsky, Lênin, Trotsky e, sobretudo, Gramsci. Mesmo considerando a importância desses estudos, Simionatto (2011) concorda que Gramsci foi o único marxista que tratou a fundo essa questão. Desde os seus escritos iniciais, é possível verificar no pensamento gramsciano uma acentuada preocupação com o tema da cultura e dos intelectuais, que vai se adensando no curso de suas formulações teóricas. Inclusive, a temática em voga (a história e o papel dos intelectuais) tornou-se ponto determinante para que Gramsci chegasse a sua elaboração sobre o conceito de Estado (LIGUORI, 2007).

Para Duriguetto (2014: 267),

A questão dos intelectuais ocupa uma posição estratégica nos escritos do comunista sardo. Ela é tratada, no desenvolvimento de suas análises, em relação aos processos de formação da hegemonia e ao conceito de Estado. Em Gramsci, os intelectuais e sua função no âmbito da vida social não são conceituados como sujeitos e ações distantes das determinações do mundo real, como um grupo “autônomo e independente”.

A partir das experiências vividas no campo da militância política e da compreensão da importância da cultura na construção de um novo projeto social, Gramsci coloca em evidência o problema dos intelectuais como momento fundamental da estratégia na luta pelo socialismo (SIMIONATTO, 2011).

Articulado a isso, ganha preocupação no pensamento do autor a questão da hegemonia que, conforme veremos adiante, diz respeito à capacidade que deve ter o proletariado de não limitar sua ação aos mecanismos de coerção, mas de fundamentá-la sobre a aceitação e o consenso das massas trabalhadoras. Assim sendo, enquanto outro componente fundamental na luta pelo socialismo, a hegemonia deve ser disputada e conquistada pelos trabalhadores; para isso, a atuação dos intelectuais faz-se estritamente necessária.

É importante observar que, para desenvolver seus estudos no campo marxista, Gramsci promoveu um desenvolvimento original de alguns dos conceitos mais elementares de Marx,

Engels e Lenin. Isso significa que, ao tomar como ponto de partida o núcleo central do pensamento desses autores, o comunista italiano superou dialeticamente muitas de suas formulações, não para negá-las, antes para reafirmar e aprofundar as suas teses fundamentais. Nessa direção, Gramsci conservou a base central do marxismo, na mesma medida em que a desenvolveu (COUTINHO, 2012).

Como exemplo, podemos citar as análises do autor sobre o Estado moderno que – desde o último terço do século XIX – tem as suas funções redefinidas e complexificadas, em função da transição de uma fase à outra do capitalismo<sup>1</sup>. É assim que, ao captar mudanças importantes no papel do Estado, Gramsci amplia dialeticamente as suas determinações, procurando pensá-lo a partir da dinâmica do desenvolvimento das relações capitalistas.

Não à toa, devemos justificar a importância do pensamento gramsciano para o Serviço Social brasileiro a partir, principalmente, da década de 1980. Nesse momento, enquanto legatário da intenção de ruptura, umas das vertentes do processo de renovação, o Serviço Social estabelece uma linha de interlocução orgânica com o pensamento marxiano e marxista<sup>2</sup>. Conforme esclarecido por Netto (2011: 131):

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, [...], procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Segundo Netto (2011), ao envolver a profissão como um todo, a partir de um processo global, a renovação implicou a construção de um pluralismo profissional (teórico, ideológico e político), além de inserir o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea, como protagonista que tenta romper com a subalternidade (intelectual).

O acúmulo teórico-crítico da profissão tem sua gênese nesse processo pelo qual passa o Serviço Social no bojo da autocracia burguesa e sua crise<sup>3</sup>. Mas é, certamente, por volta dos

<sup>1</sup> Na segunda metade do século XIX, devemos ressaltar que três processos fundamentais ocorreram, os quais, fomentaram a passagem para um novo estágio do capitalismo, esses processos foram: as evoluções técnicas e científicas (avanços nos campos da física, biologia e química), o aparecimento dos monopólios e a transformação do papel dos bancos. Para Netto e Braz (2012: 190), “Ao longo do capitalismo concorrencial, a classe capitalista foi se diferenciando em razão do volume de capital nas mãos de cada capitalista – existiam grandes, médios e pequenos capitalistas. A concorrência entre eles, como observamos, era desenfreada e, naturalmente, os grandes capitalistas tinham maiores chances de levar a melhor na luta que todos travavam entre si. Na segunda metade do século XIX, especialmente na sequência imediata da crise de 1873, esse quadro está estruturalmente modificado: as tendências do capital que já conhecemos, à concentração e à centralização, confluíram na criação dos modernos monopólios”.

<sup>2</sup> O termo marxiano é inerente ao pensamento do próprio Marx, já que faz referência às suas análises e formulações. Os estudos marxistas, enquanto expressão do legado marxiano, são aqueles que vieram depois de Marx – a exemplo de Engels, Lênin, Gramsci, dentre outros – cujas análises estão fundamentadas em seu pensamento.

<sup>3</sup> Para maior aprofundamento e contextualização da temática, sugerimos a leitura da obra *Ditadura e Serviço*

anos 1982-1983, que nós teremos um momento de amadurecimento da vertente denominada intenção de ruptura<sup>4</sup>. Favorecida pela conjuntura de transição democrática, a proposta de rompimento com o tradicionalismo, por meio de um arcabouço teórico diferenciado, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dando o tom da sua produção intelectual, com rebatimentos expressivos na formação de quadros profissionais e nas organizações representativas dos/as assistentes sociais (NETTO, 2011).

Dois tempos foram fundamentais à construção do projeto de ruptura no âmbito da profissão:

Quaisquer que sejam os progressos da investigação acerca do desenvolvimento do Serviço social no Brasil a partir da década de sessenta, a elaboração do grupo de Belo Horizonte permanecerá como um marco [...]. Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de apontar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática [...] que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas.

Outra é a relevância da reflexão de Yamamoto: seu trabalho sinaliza a maioria intelectual da perspectiva intenção de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias. Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social (NETTO, 2011: 275-6).

Então, como o/a leitor/a poderá constatar, é a partir da renovação e, especificamente, da intenção de ruptura, que o pensamento marxiano ganhará maior expressividade no Serviço Social brasileiro e, nesse campo de interlocução, o diálogo aberto com as formulações gramscianas. Especificamente, ao estudar a circulação e assimilação do pensamento de Gramsci no quadro teórico do Serviço Social brasileiro, Silveira Jr (2021: 19-20, grifos do autor) observa que:

[...] na realidade latino-americana, onde o estudo de Gramsci adquire consistência justo nas crises das ditaduras, ganha ímpeto a sua absorção como

---

*Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* elaborada por José Paulo Netto.

<sup>4</sup> O processo de renovação assumiu três principais direções, que conformaram, respectivamente, as perspectivas: modernizadora, de reatualização do conservadorismo e a que se propôs como intenção de ruptura. Essa última foi aquela que manifestou “a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (reformismo conservador)” (NETTO, 2011: 159). Para tanto, além da crítica aos substratos do tradicionalismo, tornou-se necessária a apropriação de um arcabouço teórico diferenciado. Na sua evolução e explicitação, a intenção de ruptura recorreu progressivamente à tradição marxista; desde a sua emersão inicial – configurada no célebre “*Método Belo Horizonte*” (entre 1972 e 1975) – até o momento da sua consolidação acadêmica e espraiamento para o conjunto da categoria profissional, na década de 1980.

um teórico da democratização da “sociedade civil”, em confronto com os estados “autoritários”, etc. Esses são elementos de determinação que nosso quadro de análise histórico-política recorre para apreender as condicionantes mais significativas que informam as modalidades de interpretação de Gramsci no próprio Serviço Social. [...].

Um estudo exploratório das mais significativas construções teóricas do Serviço Social vinculadas à ‘intenção de ruptura’ nos permitiu verificar que as elaborações de Gramsci foram apropriadas pelo quadro teórico-crítico profissional, formulado após finais de 1970, em três dos seus eixos principais: 1) *na análise da natureza do estado e das políticas sociais (ou serviço sociais)* [...]; 2) *na identificação do caráter desse agente profissional assalariado*, ou seja, na determinação da sua inserção específica no circuito da produção-reprodução social [...]; 3) *na interpretação sobre o papel (ou funcionalidade) do Serviço Social na reprodução social* [...].

A partir desse panorama, buscaremos apreender, em primeiro lugar, a questão dos intelectuais; de modo geral, a discussão proposta terá como base central as determinações presentes na obra “*Cadernos do Cárcere*” que, apesar de ter sido elaborada em fragmentos e não revisada pelo autor, expressa as formulações de maturidade de Gramsci<sup>5</sup>. Na sequência, o objetivo é pensar se o/a assistente social – enquanto trabalhador/a inserido/a na divisão social e técnica do trabalho – pode cumprir ou não o papel de intelectual orgânico.

A partir da reflexão em tela, esperamos que o debate seja adensado de maneira que consiga suscitar posteriores contribuições e/ou questionamentos, imprescindíveis ao campo do conhecimento e à intervenção prática. Dito isso, convidamos o(a) leitor(a) a permanecer conosco para que chegue às suas próprias conclusões.

### **A questão dos intelectuais em Gramsci**

A questão dos intelectuais assume posição estratégica nos escritos carcerários de Antonio Gramsci e, de modo geral, é declaradamente atravessada por duas interrogações fundamentais, estritamente conectadas entre si. “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?” (GRAMSCI, 2004: 15). Como “identificar e definir os limites ‘máximos’ da acepção de ‘intelectual’?” (GRAMSCI, 2004, p.18). Em relação à primeira questão, Gramsci esclarece:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da

<sup>5</sup> Para superar as falsas interpretações instituídas entre as categorias gramscianas e revalorizar o caráter dialético do pensamento de Antonio Gramsci, é imprescindível uma leitura que reconheça o caráter fragmentário de sua obra, as fontes as quais ele utiliza e o tempo de sua produção (BIANCHI, 2008: 173).

indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. (GRAMSCI, 2004, p.15-6).

Para Gramsci, trata-se de intelectuais como categoria orgânica, da qual – a exemplo dado pelo autor – o/a empresário/a faz parte, na medida em que deve ter certa capacidade técnica, que extrapola o campo econômico em sentido restrito. Mas, como o próprio autor esclarece, todo grupo social, emergindo da história da estrutura econômica, encontrou “categorias intelectuais preexistentes”, que se apresentam como representantes de uma continuidade histórica anterior, não colocada em discussão nem mesmo pelas mais complexas mudanças sociais e políticas (GRAMSCI, 2004: 16). Gramsci cita como exemplo os eclesiásticos (como categoria de intelectuais) que, durante muito tempo, concentraram em suas mãos alguns serviços essenciais.

Segundo interpretação de Pasqueale Voza (2017), apresentada no *Dicionário Gramsciano* (organizado por ele e Guido Liguori), esse primeiro núcleo de reflexão, no entanto, somente pode ser esclarecido em conexão com a resposta que Gramsci fornece à segunda questão: *de que modo identificar e definir os limites “máximos” da concepção de “intelectual”?*

O erro metodológico mais comum é buscar o caráter da atividade intelectual no que é intrínseco a ela; ao contrário, esse caráter deve ser apreendido no conjunto geral das relações sociais. A título de esclarecimento, Gramsci (2004) cita o caso do operário ou proletário que “não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais”. O autor acrescenta: “não existe trabalho puramente físico”; isso significa que “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”. Como o próprio marxista indica, o/a empresário/a (e outro conjunto de profissionais) pela sua própria função, deve possuir em certa medida algumas

qualificações de caráter intelectual, embora sua figura social seja determinada não por elas, mas pelas relações sociais gerais que caracterizam efetivamente a sua posição na indústria (GRAMSCI, 2004, p.18).

Com base nessa linha de raciocínio, podemos dizer que a figura social do empresário, do proletário (e outros) é determinada, diretamente, pelo conjunto das relações sociais. Essa constatação, no entanto, não anula o entendimento de que esse mesmo profissional detém qualificações de caráter intelectual. Mas, vejamos: deter não é o mesmo que exercer. Essa diferenciação, salvo erro nosso, é determinante para avançarmos na problematização do tema em questão. Pois, se de um lado, todo e qualquer profissional detém qualificações de caráter intelectual, de outro lado, não (necessariamente e/ou diretamente) ele exerce essa atividade. Dito isso, parecem pertinentes duas novas questões: *quem é o intelectual, na acepção gramsciana, e que função ele exerce no conjunto das relações sociais?*

Na reflexão do sardo comunista, a dimensão intelectual está presente em todas as atividades profissionais, mesmo nas mais degradadas e mecânicas (GRAMSCI, 2004). O autor acrescenta:

todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 2004: 18-9).

Em Gramsci, a distinção entre intelectuais e não intelectuais refere-se à imediata função social desempenhada por esse segmento em específico, o que nos permite afirmar que inexistem não intelectuais, antes graus diferenciados de atividade especificamente intelectual (DURIGUETTO, 2014). Ou seja, na medida em que cada indivíduo utiliza em grau mais ou menos elevado sua capacidade cerebral, todos os homens podem ser considerados intelectuais, ainda que não exerçam essa função. Nas palavras do marxista italiano:

por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (GRAMSCI, 2002: 93).

Tendo como base o exposto, Gramsci não considera os intelectuais como um grupo autônomo e independente, mas os apresenta como parte integrante das relações sociais, como pertencentes a uma classe social e com a função de organizar e representar os interesses dessa classe no conjunto da vida social.

Para o autor, a função dos intelectuais define-se pela conservação ou construção de projetos hegemônicos de classe. Nesse sentido, a definição e a função dos intelectuais estão organicamente vinculadas à configuração do Estado no sentido integral. De maneira clássica e resumida, mas nem por isso menos importante, no *Caderno 6*, Gramsci (2000: 244) explicitará sua concepção, segundo a qual “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” ou como afirmará mais adiante “Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 2002: 257). Em uma de suas notas, o italiano afirma:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos vulgarmente “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2004: 20-1).

Em Gramsci, o conceito de “sociedade política” assume contornos bem precisos. Refere-se ao Estado no sentido restrito, isto é, aparelho governamental responsável pela administração direta e pelo exercício legal da coerção, também denominado nos *Cadernos* de “Estado Político” ou “Estado-governo”. Nessa perspectiva, “mais complexa é a definição do conceito de sociedade civil” (BIANCHI, 2008: 177-8).

Enquanto para Marx e Engels “sociedade civil” expressa o conjunto das relações econômicas capitalistas (e/ou base material); para Gramsci, ao contrário, o termo refere-se a uma esfera ou dimensão da superestrutura<sup>6</sup>. Segundo o sardo comunista, a “sociedade civil” é entendida como o “conjunto de organismos vulgarmente ‘privados’<sup>7</sup>, dentre os quais podemos citar: escolas, igrejas, associações políticas, culturais e sindicais. Por meio destes “organismos”, responsáveis por propagar valores, cultura e ideologias, o Estado organiza e educa o consenso

<sup>6</sup> Ao longo de suas reflexões, Gramsci é preciso em afirmar a relação dialética entre estrutura e superestrutura. No caderno 10, ele diz: “[...] para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção” (GRAMSCI, 2001: 427). Nas palavras do marxista italiano (2001: 389), “entre estrutura e superestrutura existe um nexo necessário e vital” e é, precisamente, o conceito de “bloco histórico” que apreende a unidade entre uma e outra dimensão defendida pela filosofia da práxis (GRAMSCI, 2001: 370).

<sup>7</sup> Conforme esclarece Liguori (2007), Gramsci coloca o adjetivo “privado” entre aspas, para mostrar que tais organismos, aparentemente “privados”, fazem parte do Estado, na medida em que possuem uma indiscutível dimensão pública.



de que necessita para garantir a hegemonia<sup>8</sup> do grupo dominante sobre toda a sociedade.

De acordo com Gramsci (2004: 20), não é imediata “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção [...], como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, [...], pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’”. Assim sendo, no interior do “Estado integral”, os intelectuais/funcionários são aqueles que mediatizam a manutenção da hegemonia de determinada classe ou fração de classe.

A partir dessa interpretação, Gramsci buscou observar as funções “organizativas” e conectivas assumidas pelos intelectuais no processo de produção de hegemonia. No entanto, parece-nos equivocado deduzir que os intelectuais exercem, tão somente, funções de consenso. A título de aprofundamento, seguem as anotações de Gramsci (2004: 21), no Caderno 12:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade.

A atuação do intelectual, portanto, se dá nos dois grandes planos superestruturais analisados por Gramsci – sociedade política e sociedade civil. Isso significa que o intelectual tanto pode atuar para garantir o consenso e a aceitação das massas populares, quanto para discipliná-las em momentos de crise no comando e na direção, cujo consenso é espontaneamente perdido. Em outra passagem do texto carcerário, o sardo comunista chega a fazer o seguinte esclarecimento:

O exercício ‘normal’ da hegemonia, [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem a que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos

<sup>8</sup> De acordo com Gramsci (2000: 48), para o exercício da hegemonia, é fundamental considerar os interesses dos diferentes grupos sociais sobre os quais ela será exercida, pois, somente assim, um equilíbrio de compromissos é formado. “O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. História da “opinião pública”: naturalmente, elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas; mas a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder” (GRAMSCI, 2000: 265).

da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2000: 95).

A questão política dos intelectuais, uma vez articulada ao problema da hegemonia e do Estado, convoca Gramsci a ir além da distinção entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais, (re)direcionando a sua atenção para a função dos grandes intelectuais na vida dos Estados (GRAMSCI, 2001). Em um diálogo extenso com Benedetto Croce, a respeito do assunto, Gramsci afirma:

o pensamento de Croce deve ser apreciado como valor instrumental e, assim, pode-se dizer que ele atraiu energeticamente a atenção para o estudo dos fatos de cultura e de pensamento como elementos de domínio político, para a função dos grandes intelectuais na vida dos Estados, para o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto (GRAMSCI, 2001: 283).

Para Croce, todavia, os intelectuais não devem se rebaixar ao nível das massas, mas compreender que uma coisa é a ideologia – instrumento prático para governar – e outra é a filosofia e a religião. Nessa linha de raciocínio, ele defende que “os intelectuais devem ser governantes e não governados, construtores de ideologias para governar os outros e não charlatães que se deixem picar e envenenar pelas próprias serpentes” (GRAMSCI, 2001: 284).

Em outra direção, Gramsci reafirma a importância dos grandes intelectuais fundamentarem as suas ações numa perspectiva popular e de massa, com caráter mundial. Para o comunista italiano, em todo caso, “o grupo portador das novas ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais” (GRAMSCI, 2011: 428). Assim sendo, o grande intelectual (na vida dos Estados) deve deixar de lado a posição de homem de gabinete - que estuda os fatos do passado – para tornar-se, do ponto de vista atual, participante das lutas de seu tempo (GRAMSCI, 2011: 449).

No caderno 11, especificamente, Gramsci faz uma observação da maior importância:

deve-se notar que em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à periferia nacional, como os professores e os padres. E isso ocorre porque o Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea, razão pela qual os grupos intelectuais estão desagregados em vários estratos e no interior de um mesmo estrato (GRAMSCI, 2001: 112).

Nesses termos, Gramsci denuncia a cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, em função da desagregação desses grupos em vários estratos. O marxista aponta um problema que, do ponto de vista prático-político, deve ser enfrentado por todos aqueles e aquelas que compõem a camada de intelectuais, inserida na vida dos Estados ou fora dela.

Inclusive, nas anotações que faz sobre o ensaio popular, ainda no Caderno 11, Gramsci (2001: 114) busca pensar o ponto de partida da ação intelectual:

§ 13. Um trabalho como o Ensaio popular [18], destinado essencialmente a uma comunidade de leitores que não são intelectuais de profissão, deveria partir da análise crítica da filosofia do senso comum, que é a “filosofia dos não-filósofos”, isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconseqüente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática.

Nesse sentido, Gramsci sustenta que a ação intelectual deve partir do conhecimento solto e fragmentário, ou seja, do senso comum, em primeiro lugar, da religião, em segundo e, por último, dos sistemas filosóficos elaborados por grupos intelectuais tradicionais. Ao ensinar um aluno, por exemplo, é preciso partir daquilo que ele já conhece, da sua experiência filosófica “(após lhe ter demonstrado que ele tem uma tal experiência, que é um “filósofo” sem o saber)”, para que a partir desse conhecimento ele consiga elaborar criticamente o próprio pensamento (GRAMSCI, 2011: 119).

Como o próprio autor sinaliza, “uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”. Todavia, “este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa [...] é submetida a duras provas” (GRAMSCI, 2001: 104).

Feitas, então, essas considerações mais gerais sobre os intelectuais, cabe agora pensarmos a distinção, operada por Gramsci, entre intelectual tradicional e intelectual orgânico. Afinal, o que particulariza um e outro no conjunto da vida social, prática e política? A esse respeito, com base nas formulações gramscianas, Simionatto (2011) coloca a necessidade de pensarmos o conceito de intelectual a partir de dois critérios: “pelo lugar e função que exerce na estrutura social e pelo lugar e função que desempenha em um determinado processo histórico” (SIMIONATTO, 2011: 58).

Os intelectuais tradicionais são aqueles que sobreviveram ao desaparecimento do modo de produção anterior e, atualmente, não se encontram organicamente ligados a nenhuma das classes fundamentais. É válido lembrar que:

Todo grupo social “essencial”, [...], emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais e modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo [...] alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, [...]. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade. Mas o monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos [...] não foi exercido sem luta e sem limitações; e, por isso, nasceram, sob várias formas (que devem ser pesquisadas e estudadas concretamente), outras categorias, favorecidas e ampliadas pelo fortalecimento do poder central do monarca, até o absolutismo. Assim, foi-se formando a aristocracia togada, com seus próprios privilégios, bem como uma camada de administradores, etc., cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc (GRAMSCI, 2004: 16-7).

Conforme esclarecido por Gramsci, essas diferentes categorias de intelectuais tradicionais “sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante”. Essa posição assumida pelo conjunto dos intelectuais tradicionais sustenta-se numa postura idealista, tendo em vista que “os intelectuais tradicionais acreditam ser ‘independentes’, autônomos, dotados de características próprias, etc” (GRAMSCI, 2004: 17).

Segundo Simionatto (2011), essa autonomia reclamada pelos intelectuais tradicionais refere-se ao fato de que, na formação de um novo bloco histórico, perderam a base social à qual estavam vinculados organicamente. Esses intelectuais possuem “espírito de corpo” e, portanto, formam uma casta. Porém, Gramsci nega essa interpretação na medida em que considera os intelectuais como parte integrante do conjunto das relações sociais.

De forma clara e sintética, Duriguetto e Montañó (2010: 112) afirmam que:

o intelectual tradicional se vincula a instituições que o capitalismo herda de formações sociais anteriores (como as Igrejas e o sistema escolar); pertence assim a uma entidade não diretamente classista (como o professor universitário, vinculado a um aparelho de hegemonia), podendo ele apresentar uma orientação conservadora ou revolucionária.

Para Simionatto (2011), seguindo essa mesma linha de raciocínio, o intelectual tradicional não é apenas de tipo conservador e reacionário. Ele também pode ser revolucionário se, na passagem de uma formação histórica à outra, passar a defender os interesses da classe subalterna.

Em razão de sua força política, econômica e cultural, é verdade que as classes dominantes possuem uma enorme capacidade de conquistar intelectuais. “Uma classe

dominante é tanto mais forte e mais sólida em sua dominação quanto mais é capaz de assimilar os intelectuais mais importantes das classes subalternas” (SIMIONATTO, 2011: 59). Todo e qualquer grupo que almeja o poder tem, desta forma, a necessidade de conquistar intelectuais a fim de fortalecer a sua hegemonia.

Aos intelectuais caberia a função de operar para a “organicidade de pensamento” dos grupos sociais subalternos, ou seja, contribuir para uma relação coerente entre teoria (concepção de mundo) e ação. A possibilidade da construção coerente dessa relação estaria em um atuar “orgânico” dos intelectuais nesses grupos, ou seja, de elaborarem e tornarem coerentes os princípios e os problemas que os “simples” colocam com a sua atividade prática. É dessa relação orgânica entre os intelectuais e os “simples” que nasce a elaboração de uma concepção de vida superior ao senso comum, uma elaboração superior dos grupos subalternos da própria concepção do real (DURIGUETTO, 2014: 276).

De acordo com Duriguetto e Montaño (2010: 112), “[...] o intelectual orgânico, criado por cada classe social, pertence organicamente a uma classe (tanto ao proletariado como a burguesia, como um dirigente sindical, ou um administrador de uma empresa) que serve para lhe dar consciência e conquistar ou manter sua hegemonia”.

Para Gramsci, o intelectual orgânico possui a tarefa permanente de organizar politicamente a classe e ajudá-la na luta pela construção da hegemonia. Para viabilizar esse processo, porém, o intelectual precisa provocar, no interior da classe a que está organicamente vinculado, uma tomada de consciência de seus interesses (SIMIONATTO, 2011).

O caráter orgânico do intelectual depende da sua relação com a classe a que pertence. “Estar vinculado organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa, sim, participar efetivamente de um projeto junto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado” (SIMIONATTO, 2011: 63).

É oportuno notar, em concordância com a autora, que a origem de classe de um intelectual pode ser diferente e até mesmo antagônica à classe a que está organicamente vinculado. Por exemplo, um intelectual orgânico da classe trabalhadora pode tornar-se um intelectual orgânico da burguesia ou vice-versa. É a classe, o grupo, a empresa é que criam os seus próprios intelectuais. Desta forma, tanto a burguesia quanto o proletariado podem produzir os seus. Esse entendimento, conforme veremos na seção seguinte, será determinante para pensarmos o/a assistente social como intelectual (orgânico) de uma ou outra classe, a depender do direcionamento das suas ações e do seu compromisso ético-político.

De acordo com Gramsci, os intelectuais da classe burguesa são os comissários do grupo dominante. Além de organizadores da função econômica, eles são portadores da hegemonia que a classe dominante exerce na sociedade civil, seja por meio das diversas organizações culturais

(escola, Igreja, TV, rádio, cinema, imprensa de maneira geral), seja por intermédio dos partidos políticos, que assumem a função de assegurar o consenso das grandes massas de acordo com os valores estabelecidos pela ordem burguesa.

Como informado, o proletariado também pode produzir os seus intelectuais, a fim de contribuir para a construção da sua hegemonia e, assim, aspirar à direção da sociedade. O partido político exerce, nesse processo, um papel central para que a classe proletária se apresente como concorrente da hegemonia burguesa. De acordo com Simionatto (2011), Gramsci pensa o partido como instituição que, enquanto “intelectual coletivo”, viabiliza a passagem da “classe em si” para a “classe para si”<sup>9</sup>; trata-se de uma instituição ético-política que possui a permanente tarefa política de organizar a classe e orientá-la na luta pela construção da hegemonia. Nas palavras de Gramsci (2004: 25):

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual. Um comerciante não ingressa num partido político para comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos destas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido político. [...] Para estas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade económico corporativa do comerciante, do industrial, do camponês encontra seu quadro mais adequado. No partido político, os elementos de um grupo social económico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de carácter nacional e internacional.

Em sentido amplo, o intelectual necessita provocar, no interior da classe a que está organicamente vinculado, a tomada de consciência dos seus interesses, além disso, participar na formação de uma concepção de mundo autônoma e homogênea. Já que a concepção de mundo do proletariado está marcada pela ideologia de outras classes sociais, fica evidente a importância da atuação do intelectual na formação dessa nova concepção de mundo.

Segundo Gramsci (2001: 110),

para todo movimento cultural que pretenda substituir *o senso comum* e as velhas concepções de mundo, far-se-á necessário: “1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas

<sup>9</sup> Enquanto a “classe em si” diz respeito à mera existência de uma classe, a “classe para si” é aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010: 97). Nesse movimento, os intelectuais “concebem a si mesmos como os árbitros e os mediadores das lutas políticas reais, os que personificam a “catarse” do momento económico ao momento ético-político, isto é, a síntese do próprio processo dialético [...]” (GRAMSCI, 2001: 293).

populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época.

Sendo assim, pensar a formação e o papel dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora significa traçar o caminho para um projeto de sociedade sem classes ou, nos termos de Gramsci, “sociedade regulada”. Nesse processo, conforme apreendido por Simionatto (2011), o intelectual precisa ultrapassar a sua figura tradicional de especialista de um saber objetivo, para tornar-se um organizador da classe e, portanto, seu persuasor permanente.

Até aqui, embora não esteja esgotada a questão dos intelectuais, foram reunidos os elementos essenciais à compreensão do debate. A partir de agora, é imperativo refletir sobre as contribuições de Gramsci para o trabalho do/a assistente social, a partir do conceito de intelectual orgânico.

### **O assistente social como intelectual orgânico: uma questão a ser discutida**

O surgimento do Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, está relacionado com a questão social<sup>10</sup>, em um determinado contexto histórico, marcado pelo capitalismo monopolista (Netto, 2009). Fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos que se veem impelidos a lutar pelos direitos sociais.

O Serviço Social é a profissão requisitada para trabalhar com as expressões da questão social que, por sua vez, torna-se pública em razão das reivindicações e mobilizações dos trabalhadores por condições dignas de sobrevivência; exatamente no início do século XX, quando podemos registrar o redimensionamento do Estado brasileiro que – para amenizar os conflitos de classe e, fundamentalmente, garantir a estrutura de desenvolvimento econômico – passa a implementar uma série de políticas sociais.

Na década de 1930, enquanto prática institucionalizada, o Serviço Social nasce no dilema de servir ao poder dominante, haja vista que, na divisão social e técnica do trabalho, a profissão deve ter a capacidade de responder às expressões da questão social, porém, para

<sup>10</sup> Como afirma Iamamoto (2007: 156) “A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”. A questão social abarca a gama das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento antagonístico das relações sociais. Ela é também, uma arena de lutas políticas e culturais na concorrência entre projetos societários, apoiados por diferentes interesses de classe na execução e direção das políticas sociais e econômicas, as quais trazem consigo particularidades históricas nacionais.

reduzir conflitos, gerenciar a pobreza e criar estratégias de enfrentamento aos problemas sociais.

Nas palavras de Yamamoto (2011: 18):

o Serviço Social surge como parte de um movimento mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’ [...]. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa.

A revolução de 1930 ocorrida no Brasil inaugura um período de intervenção social da Igreja que visava uma reaproximação com o Estado. É assim que as atividades da caridade tradicional ganharam uma nova configuração, contando não apenas com famílias da burguesia paulista e carioca, mas também com o aporte do Estado, o que possibilitou a realização de obras sociais mais abrangentes.

Nesse período, registra-se uma atuação do Serviço Social brasileiro numa perspectiva de caráter mais doutrinário do que científico. Na sua “fase inicial”, o Serviço Social tradicional adotou um posicionamento moralizador em face das expressões da questão social, com um fazer profissional pautado no disciplinamento e controle da força de trabalho (IAMAMOTO, 2011).

Somente a partir dos anos 1960, no curso da autocracia burguesa no Brasil, nós assistiremos ao processo de erosão do Serviço Social “tradicional”. Tal processo, como muito bem explicado por Ortiz (2010), se prolongará por, pelo menos, três décadas, suscitando um redimensionamento e um amadurecimento profissional indubitável.

Registra-se nesse momento, como indicado na introdução do presente trabalho, o processo de renovação da profissão, enquanto expressão do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano. Sem delongas, é importante esclarecer que esse movimento questionou o papel dos assistentes, na divisão do trabalho, bem como a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, fundamentada no grande monopólio internacional (ORTIZ, 2010). A reconceituação viu-se diante de ditaduras burguesas no continente, que visavam uma modernização conservadora das economias locais, objetivando a manutenção da ordem monopolista do capital. Inclusive, no Brasil, temos em 1964 a instauração do golpe civil-militar e várias são as transformações sofridas pela sociedade brasileira nesse contexto.

Para garantir a reprodução do capital, o Estado que se estrutura face ao regime ditatorial é, essencialmente, “antinacional e antidemocrático”, passando a enfrentar a “questão social” com repressão e políticas sociais compensatórias. Esse ambiente promove profundas mudanças



no interior do Serviço Social que se vê diante de novas demandas.

O fato central é que, no curso da ditadura, mudou o perfil do profissional exigido pelo mercado de trabalho; a partir daquele momento, tornou-se necessário um assistente social “moderno” com um desempenho onde traços “tradicionais” fossem substituídos por procedimentos “racionais” (NETTO, 2011: 122). Produzir esse profissional implicava mudar a sua base de formação e a política educacional da ditadura se encarregou de fazer isso. A ditadura refuncionalizou e expandiu as agências de formação dos/as assistentes sociais (NETTO, 2011).

Portanto, é no bojo do processo de renovação do Serviço Social que vai se instaurar no ambiente profissional um pluralismo teórico, ideológico e político. É exatamente a partir da vertente intenção de ruptura (uma das direções desse processo) que nós teremos a adoção do marxismo como referência analítica (NETTO, 2011).

A partir dos anos 1980 e avançando nos anos 1990, o Serviço Social passa a se apropriar não só do pensamento de Marx, mas também das contribuições de Antonio Gramsci, Agnes Heller, Georg Lukács, E. P. Thompson e outros. Com base nesse referencial, os/as assistentes sociais iniciam a construção de um projeto profissional coletivo que fosse capaz de fornecer subsídios necessários à reformulação da formação profissional, partindo do entendimento de que esta deveria instrumentalizar o/a assistente social para uma prática efetiva e comprometida com o seu usuário, isto é, com os interesses do trabalho e da classe trabalhadora.

Foi, portanto, na conjuntura sócio-histórica de crise da autocracia burguesa e, concomitantemente, de luta pelo Estado de direito e defesa da democracia política que se efetivaram iniciativas coletivas de elaboração de um projeto profissional voltado aos interesses dos trabalhadores e à crítica ao conservadorismo. No entanto, sob a égide das iniciativas do capital, em sua dinâmica de dominação econômica e ideológica, a nível mundial e nacional, os anos 1990 são emblemáticos. A partir dessa década, verifica-se o aprofundamento das reformas neoliberais, aliadas ao conservadorismo na política e ampla propagação do pragmatismo, individualismo e competitividade como estilos de vida contemporâneos (IAMAMOTO, 2007).

Apesar dos avanços obtidos no ambiente profissional – em função da aprovação da Lei de Regulamentação da profissão (Lei n.8662) e do atual Código de ética dos/as assistentes sociais, ambos em 1993 – com a conjuntura adversa do neoliberalismo, o Serviço Social tem enfrentado, de forma permanente, o desafio de decifrar as lógicas do capitalismo contemporâneo, em relação às mudanças no mundo do trabalho e consequente desmonte dos sistemas de proteção social. Estamos falando de lógicas que reforçam e aprofundam a desigualdade social, na mesma medida em que operam a despolitização da abordagem da questão social.

Inserido nesse movimento contraditório, os/as assistentes sociais se veem confrontados pelo conjunto das transformações societárias e desafiados a compreender e intervir nas novas manifestações da questão social, que denunciam a precarização do trabalho, das políticas e dos serviços sociais, que atingem fundamentalmente os trabalhadores.

O/a assistente social, no contexto presente, é o profissional que tem atuado por intermédio de políticas sociais, cada vez mais tímidas e com recursos reduzidos; apesar disso, tem em sua profissão um projeto ético-político que vislumbra, enquanto horizonte, outra sociedade, livre da exploração do trabalho, marcada por relações sociais verdadeiramente humanas (JACINTO, 2017: 88).

O(A) assistente social, tendo diante de si este horizonte, também é um(a) trabalhador(a), vivenciando a mesma necessidade de sobrevivência, tendo também que lutar pelos próprios direitos, vivendo também as condições do trabalho assalariado, estranhado, alienado, atuando através de políticas sociais precarizadas, focalizadas, minimizadas. Como esperar desse(a) profissional que seja o(a) organizador(a) das massas, persuasor(a) permanente, especialista a serviço das classes dominadas? Pode-se dizer, portanto, que o primeiro desafio é a própria conjuntura que vivenciamos, pois o projeto ético-político do Serviço Social vai contra a corrente do ideário neoliberal que rege a sociedade atual.

Desta forma, a ação profissional do/a assistente social tanto pode favorecer os interesses e/ou as necessidades das classes subalternas, quanto pode legitimar o poder das classes dominantes e, nesse sentido, aprofundar as desigualdades e as redes de subalternização.

Se de um lado, na sociedade capitalista, imperam valores e ações destrutivos dos homens, de outro, estão presentes valores emancipatórios, sobretudo, anticapitalistas. Essa mesma sociedade apresenta um campo minado de resistências e lutas travadas no cotidiano de uma conjuntura desfavorável para os trabalhadores, os/as quais necessitam de maior organização para terem força na arena política.

Jacinto (2017: 89), ao pensar no trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, afirma:

que cada vez mais é requisitado a atuar junto aos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, para contribuir na necessária redução das desigualdades socioeconômicas, por meio de viabilização de serviços, benefícios, programas sociais, laudos, pareceres, avaliações sociais, a partir de estratégias, ações e instrumentos. É a partir da legitimidade profissional que o(a) assistente social, através da mesma ação de responder às requisições institucionais, pode favorecer os interesses da classe trabalhadora. Trata-se de reafirmar a condição de classe, que se expressa também na pobreza imposta à classe trabalhadora, com a destituição do direito de usufruir da riqueza socialmente produzida.

Nesse sentido, de acordo com a autora, o trabalho do/a assistente social pode caminhar na direção de contribuir com a consciência de classe dos/as trabalhadores atendidos, buscando meios para o enfrentamento das manifestações da questão social, de forma coletiva,

compreendendo o caráter coletivo, não no sentido da quantidade, mas da qualidade do potencial de aprendizagem que as lutas sociais por efetivação dos direitos contêm.

O/a profissional, ao trabalhar com as classes sociais, pode atuar como potencializador/a das transformações sociais. A dimensão de sua prática é o coletivo, a classe social, especialmente as classes populares, com as quais deve construir alianças expressivas. Nessa direção, são necessárias ações que venham fortalecer a luta e a resistência da classe trabalhadora; sob essa perspectiva, as atividades socioeducativas devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações sociais vigentes e de analisá-las e explicá-las. Isso demanda um processo – longo e permanente – de conscientização.

Voltando ao nosso ponto de partida, é coerente afirmar que o/a assistente social, a depender do lugar e da função que exerce no conjunto das relações sociais e do lugar e da função que desempenha em um determinado processo histórico, bem como de seu direcionamento ético-político, pode atuar como intelectual, seja das classes dominadas, seja das classes dominantes. Gramsci não considera os intelectuais como um grupo autônomo e independente, mas os apresenta como parte integrante das relações sociais, como pertencentes a uma classe social e com a função de representar e organizar os interesses dessa classe.

Para o marxista, cabe aos diferentes intelectuais:

mergulhar na vida prática, tornar-se um organizador dos aspectos práticos da cultura, se quiser continuar a dirigir; deve democratizar-se, ser mais atual: o homem do Renascimento não mais é possível no mundo moderno, quando participam da história, ativa e diretamente, massas humanas cada vez maiores (GRAMSCI, 2001: 434).

Disso podemos concluir que – para ser dirigente e organizador – o intelectual deve manter-se atento e sintonizado à realidade de seu tempo. No caso dos/as assistentes sociais (mas, não exclusivamente), é preciso compreender a lógica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, decifrar a atuação e o papel do Estado, a configuração e a estruturação da gestão pública (a incluir: quadro de pessoal, fundo público, orçamento, conjunto de leis, regras e normas, organização e hierarquia, dentre tantos outros elementos); além disso, estar atento, principalmente, à dinâmica da luta de classes.

Como visto, a tônica do tempo presente é a retirada de direitos articulada ao desmonte dos sistemas de proteção social, em razão da canalização, cada vez mais expressiva, de recursos públicos para o capital privado<sup>11</sup>. Nesse cenário, a classe trabalhadora é fortemente impactada,

<sup>11</sup> Para maior aproximação com a temática sugerimos algumas referências: Salvador (2010); Behring (2008); Souza Filho (2016).

já que parte das suas necessidades deixa de ser atendida. Do ponto de vista imediato, ainda na sociedade de classes, é imprescindível reivindicarmos a universalização e o aprofundamento de direitos. Contudo, a médio e longo prazo, é urgente a organização da classe trabalhadora para fins de superação da ordem social do capital. O intelectual, seja ele coletivo ou não, deve ser um mediador desse processo; por isso, a sua presença na luta de classes é um elemento determinante central.

Para Gramsci, como destacado anteriormente, o intelectual orgânico tem o permanente papel de organizar politicamente a classe a que está vinculado e ajudá-la na luta pela construção da hegemonia. Todavia, estar vinculado organicamente a uma classe (burguesia ou proletariado) significa participar efetivamente do seu projeto (SIMIONATTO, 2011). Sob essa perspectiva de análise, se o/a assistente social, nos diferentes espaços de trabalho, cumpre essa tarefa, poderíamos dizer, não à toa, que ele pode assumir ou vir a assumir o papel de intelectual orgânico. Aliás, essa não seria uma forma de resistir e enfrentar o tempo presente?

No código de ética, de 1993, fica estabelecido como um dos princípios fundamentais da conduta do/a assistente social a “*opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero*” (BRASIL, 2012: 24). Disso podemos concluir que a nossa ação e conduta deve ser efetivada nessa direção e, portanto, consubstanciada nesse princípio. Assim sendo, uma ação comprometida com a luta anticapitalista, exige uma atuação orgânica por parte desse profissional. Isso significa que, para resistirmos às diferentes formas de exploração impostas pelo capital, nós teremos que buscar meios de articulação com os diferentes sujeitos sociais, entendendo a importância da organização popular.

### Considerações Finais

Tomando como referência as considerações de Pasquale Voza (2017: 431), é oportuno sinalizar que, dentre as demais, a noção de intelectual orgânico foi a mais sujeita “(talvez ainda mais do que a noção de hegemonia)” a equívocos de interpretação, gerando uma série de simplificações e “reduções”.

De modo geral, como procuramos mostrar, o intelectual orgânico é aquele que atua como organizador permanente da classe a que está vinculado; no entanto, é equivocado atribuir ao intelectual – de modo geral e, mais especificamente, ao intelectual orgânico – a mera vontade

e capacidade de produzir consenso. Ora, trabalhar para elevar intelectualmente camadas populares não é um processo imediato, uma vez que é preciso partir do conhecimento solto e fragmentário. Nesse movimento, cujo ponto de partida é o senso comum, o consenso não é um efeito adicional, mas está incorporado, de formas diferentes, na função conectivo-organizativa desse intelectual.

Como afirmado anteriormente, tanto as classes dominantes quanto as classes dominadas podem produzir os seus intelectuais, que estabelecem uma relação orgânica com a classe que representam. “Gramsci atribuiu essa função ao partido político, instância organizativa particular de atuação dos intelectuais na defesa de um projeto político de classe emancipador” (DURIGUETTO, 2014: 292).

Apesar disso, com base nos apontamentos gramscianos, entendemos que o/a assistente social, assim como outros profissionais, no desenvolvimento de seu trabalho, pode contribuir com o estímulo à consciência crítica, com o desvelamento da realidade social, com a instrumentalização para a organização popular e o protagonismo dos sujeitos sociais. Embora esse profissional não seja capaz de empreender a transformação social de forma isolada (por tratar-se de uma tarefa coletiva e, sobretudo, da classe trabalhadora), acreditamos – sem nenhuma pretensão idealista – que o/a profissional pode configurar-se como intelectual orgânico das classes subalternas, se o seu compromisso ético-político estiver afinado aos interesses dessa classe e, junto a ela, apreender estratégias para a conquista da hegemonia, um processo que se faz e refaz em cada ação, em cada reflexão, em cada nova descoberta.

No intuito de concluirmos, gostaríamos de frisar, que o artigo apresentado não ultrapassa os limites de uma introdução que possui como finalidade central provocar o leitor ao debate, especificamente, os/as assistentes sociais inseridos na academia e, sobretudo, na prática profissional.

## Referências

- BIANCHI, A. O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. M. de. M. dos. S.; MIOTO, R. C. T. M.; (Orgs). Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a regulamentação da profissão. – 10ª edição revisada e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf) Acesso em: 01 de junho de 2021.
- COUTINHO, C. N. Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. In: Serviço Social e Sociedade, n. 118, p.265-293, abr./jun. 2014.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.
- \_\_\_\_\_. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, jan./abr. 2017.
- LIGUORI, G. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 13-57.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- \_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, J.P; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.
- ORTIZ, F. G. O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- SALVADOR, E. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVEIRA JR. A. A. Gramsci no Serviço Social: o debate do significado social da profissão. 1. ed. Recife: Ed. do autor, 2021.
- SIMIONATTO, I. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOUZA FILHO, R. de. Fundo Público e Políticas Sociais no Capitalismo: considerações teóricas. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n 126, 2016, p. 318-339.
- \_\_\_\_\_. de.; DURIGUETTO, M. L. A importância da “política” no pensamento de Gramsci. In: Revista Educação e Fronteiras On-Line. Dourados/MS: Ed. UFGD, maio/agosto. 2014, n.11. v.4.
- VOZA, P. Intelectuais. In: LIGUORI, G; VOZA, P. (Orgs). Dicionário gramsciano (1926-1937). 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.